

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.308 - PB (2019/0173634-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : GLEVANILDO CAMPOS SOARES (PRESO)
ADVOGADOS : ENNIO ALVES DE SOUSA ANDRADE LIMA - PB023187
HELLEN DAMÁLIA DE SOUSA ANDRADE LIMA - PB016751
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por GLEVANILDO CAMPOS SOARES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba no *writ* n. 0803922-61.2019.8.15.0000.

Consta dos autos que o Juízo de 1º grau consignou que o paciente possui processo em andamento com decreto de prisão preventiva e uma nova condenação a 3 (três) anos, 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime fechado, ainda não cadastrada no sistema. Dessa forma, "encontra-se prejudicado o pedido de progressão, uma vez que estando preso preventivamente não pode esta prisão ser contabilizada na execução, sendo esta detraída por ocasião da soma e unificação das penas. Tão logo aporte neste Juízo as novas condenações e/ou seja revogada sua prisão provisória serão tomadas medidas necessárias para garantir o benefício do reeducando" (e-STJ fl. 89).

Impetrado prévio *writ* na Corte de origem, a ordem não foi conhecida (e-STJ fls. 46-51).

No presente recurso, alega a ausência de fundamentação suficiente a justificar o indeferimento do pleito de promoção ao regime intermediário em seu favor, uma vez que foram preenchidos os requisitos legais previstos no art. 112 da Lei de Execução Penal.

Requer o provimento do recurso para que seja deferida ao recorrente a progressão ao regime semiaberto, expedindo-se o competente alvará de soltura.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 72-73).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 77-86 e 87-96).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (e-STJ fls. 100-103).

É o relatório.

No tocante ao pleito trazido no presente recurso, transcreve-se trecho do *decisum* impugnado (e-STJ fls. 50-51):

Assim, diante da decisão do Juízo singular, não cabe discussão do incidente executivo ou pretensão de progressão de regime de cumprimento de pena em sede de habeas corpus, uma vez que tal medida possui rito estreito, afigurando-se via inadequada ao pleito perseguido.

E sabido que a ordem jurídica disponibilizou mecanismos próprios para a desconstituição de decisões no curso da execução da pena, ou incidentes relacionados aos

Superior Tribunal de Justiça

presídios, sendo certo, que o Agravo em Execução possui caráter mais amplo que o habeas corpus, quanto à análise das provas.

Ademais, acrescente-se que a matéria afeta ao habeas corpus deverá ser adstrita ao exame da legalidade, ou não, de um ato que eventualmente lese ou ameace lesionar o direito de ir e vir do indivíduo, não comportando exame de mérito, por pressupor, este, análise fático-probatória, vedada em uma estreita via como esta.

Em razão disso, o uso indevido do writ acaba por prejudicar o réu, mormente por se tratar de veículo processual de cognição sumaríssima, desprovida de dilação probatória, em que a pretensão é submetida às pressas ao Tribunal.

Portanto, existindo recurso próprio, como de fato já existe, para demonstrar o inconformismo em face da decisão, torna-se descabido o exame pela via estreita do presente remédio heroico, salvo se existisse flagrante nulidade, não sendo a hipótese dos autos.

Logo, não se presta a competente medida a promover análise de prova penal, uma vez que a impetração não pode ser via substitutiva ao recurso de agravo em execução, importando em não verificação de constrangimento ilegal.

[...]

Pelo exposto, não conheço da ordem mandamental.

Da leitura do excerto transcrito, verifica-se que a matéria submetida à apreciação do Tribunal de origem não foi analisada, ao fundamento de que o *habeas corpus* não pode ser utilizado como sucedâneo recursal. Em função disso, esta Corte fica impedida de conhecer do mérito da questão suscitada pela parte recorrente, sob pena de supressão de instância.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes das Turmas que compõem a Terceira Seção (destaques acrescidos):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA. [...]. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. [...]. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

5. A irresignação quanto a ausência de redução da pena diante da confissão espontânea do réu não foi examinada pelo Tribunal a quo, circunstância que impede o pronunciamento desta Corte a respeito, sob pena de indevida supressão de instância. Ademais,

Superior Tribunal de Justiça

fixada a pena-base no mínimo legalmente previsto, inviável a aplicação da atenuante pela confissão espontânea, prevista no art. 65, inc. I, do Código Penal - CP, por força da Súmula n. 231 do STJ.

[...]

9. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reduzir a reprimenda ao patamar de 5 anos de reclusão, além do pagamento de 500 dias-multa, e fixar o regime inicial semiaberto para o seu cumprimento.

(HC 466.739/PE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 21/02/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO TRIPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO, EXPLOÇÃO MAJORADA E FORMAÇÃO DA QUADRILHA ARMADA. PRISÃO PREVENTIVA. RISCO DE REITERAÇÃO (RÉU QUE, ALÉM DE JÁ TER SIDO CONDENADO, RESPONDE A OUTRAS AÇÕES PENAS). GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. PROTEÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

[...].

3. Por outro lado, quanto à alegação de ausência de contemporaneidade da decisão que decretou a prisão preventiva, proferida cerca de 2 anos após os fatos, nota-se que a questão não foi objeto de análise por parte da Corte a quo, de modo que não pode ser apreciada diretamente por este Tribunal, sob pena de incorrer-se em indevida supressão de instância.

4. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública.

5. Recurso desprovido.

(RHC 103.561/GO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 15/02/2019)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não conheço** do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator